

ANCHIETA NÃO É PORTUGUÊS Pelos foros da verdade e da História

No dia 2 de fevereiro dêste ano aparecia no grande vespertino de São Paulo "A Gazeta", na sua página 9, em títulos bem destacados, um artigo que dizia textualmente: *Anchieta, português das Canárias*. Ante o estranho título, confessamos que não nos foi possível resistir ao veemente desejo de lê-lo, esperando encontrar um trabalho de alta investigação histórica, de acôrdo com o título tão raro e original. Pois, como a História é uma ciência que está continuamente evoluindo, devido ao achado de novas provas e novos documentos, pensamos por um instante experimentar o prazer que nestes casos sabem desfrutar os que se dedicam à investigação. Porque se faltasse alguma coisa para aguçar mais o nosso desejo, bastariam as frases que logo se seguiam, em que o autor, a quem não temos a honra de conhecer, fazia os protestos mais solenes (próprios de todo o historiador) de não deixar-se influenciar nem por sentimento, nem pelo patriotismo, fazendo História com provas e documentos. Não poderíamos exigir mais!

Porém, qual não foi a nossa desilusão ao verificarmos que aí não havia nada de História, como não havia tão pouco nada de verdade histórica, nem muito menos de crítica historiográfica. Sòmente enganos, os mais crassos e, certamente, de igual maneira lesivos às duas nações ibéricas: Portugal e Espanha e, por ricochete, também ao Brasil. À primeira, porque se lhe atribuía o que não necessitava, pois a grande e fraterna nação lusitana, ilustre como poucas na Europa, não precisava adornar-se com plumas alheias, nem mendigar filhos a que não deu à luz. À segunda, porque se lhe tira um, de que se sente sumamente orgulhosa. E ao Brasil, porque vicia a educação de sua juventude, que tem direito de conhecer a verdade.

Em vista disso, considerando a nossa primeira obrigação de humilde cultivador da ciência histórica, resolvemos sair em campo *pelos foros da verdade e da História*.

Êste é o motivo da nossa contestação, dirigida exclusivamente no sentido de emendar-se um êrro, a fim de que a verdade histórica brilhe e resplandeça sem sombras nem dúvidas que a empanem.

Como não conhecemos sequer o autor do artigo em questão, Prof. Tito Lívio Ferreira, cremos que nos podemos considerar a salvo de que alguém pense em animosidade ou invejas pessoais. Apre-

sentamos, portanto, nossas excusas ao mencionado professor por não ser de sua opinião, como não é tão pouco, nem a História, nem os documentos, coisa que em seguida trataremos de demonstrar.

E' lamentável que a História se escreva assim tão sem base científica, principalmente por quem tem a obrigação de ensinar o reto caminho a seguir. Depois de dizer no preâmbulo que o Padre Serafim Leite se deixou cegar pelo patriotismo, duas linhas mais abaixo comete o mesmo pecado que censura. Fique bem claro também, que nos referimos, nesta polêmica, apenas à primeira parte do artigo, não ao resto, por considerarmos essa parte da competência exclusiva do Prof. Tito Lívio Ferreira e de seus compatriotas, ainda que particularmente adiantemos que também não estamos de acôrdo com as suas conclusões. Sentimos muito, repetimos, ter que objetar a tão ilustre Mestre, digno para mim de todos os respeitos, e o fazemos não por gôsto nem por agrado, mas sômente por imperativo profissional e científico.

Diz o artigo:

José de Anchieta não é espanhol, pois quando êle veio ao mundo as Canárias pertenciam a Portugal. Elas foram descobertas pelos portugueses em 1436 e conquistadas pelos espanhóis em 1578. Ora, se Anchieta nasceu em 1534 é tão bom português como se fôsse açoriano, madeirense, caboverdiano, angolense ou moçambiquense, embora já se haja dito que os portugueses da Africa são "pretogueses". Cidadão lusitano nascido nas Canárias, tôda a formação moral e espiritual de Anchieta é portuguesa, pois foi feita no Colégio dos Jesuítas, em Coimbra, onde estudou cêrca de quatro anos. Além disso, esteve sempre a serviço de Portugal, e morreu no Brasil, quando o Brasil era uma Província Portuguesa. Segundo supponho, o venerável padre Anchieta não se naturalizou espanhol durante sua longa e maravilhosa existência."

Até aqui o artigo do Prof. Tito Lívio Ferreira.

Portanto, as afirmações do referido professor são as seguintes:

- 1.º. — Que as Canárias foram descobertas pelos portugueses;
- 2.º. — Que o foram em 1436;
- 3.º. — Que os espanhóis as conquistaram em 1578;
- 4.º. — Que o Padre Anchieta é português e não espanhol.

Analise as anteriores afirmações, a fim de proceder em sã dialética, pois desgraçadamente nenhuma delas é verdadeira, ou pelo menos até agora, a não ser que o nosso ilustre colega exhiba provas e documentos, que em seu artigo não aparecem, pois sômente há afirmações gratuitas — *quod gratis asseritur, gratis negatur* — dizem os escolásticos. Porque se estas existissem seríamos os primeiros a entoar o *mea culpa* e reconhecer que a História havia dado um passo à frente, por intermédio de tão ilustre Mestre; infelizmente, não acreditamos que êle as possa apresentar.

Em primeiro lugar, é totalmente impróprio falar de tôdas as ilhas — Lançarote, Forteventura, Grã-Canária, Tenerife, Gomera, Ferro, Palmas (não mencionamos os ilhotes) — englobando sua

História em uma só, como se formassem um todo homogêneo, pois é absolutamente distinto o destino que cada uma delas seguiu até 1496, data em que definitivamente, e já tôdas num só bloco, são incorporadas à Corôa da Espanha.

Vejamos, pois, as duas primeiras afirmações: “Que as Canárias foram descobertas pelos portugueses e que o foram em 1436”.

As Canárias já eram conhecidas pelos romanos que as chamavam de *Fortunatae* (Afortunadas) devido à benignidade de seu clima, tanto no inverno como no verão, pois, apenas se notam nelas a mudança das estações, portanto os portugueses não as podiam descobrir no século XV se já eram conhecidas no século I. E isto sem admitir a legenda que nos narra o seu homônimo, Tito Lívio, copiando de Estrabão e de Heródoto, ao dizer que eram restos da Atlântida submersa. Aniquilado o Império Romano, perde-se quase por completo na Europa a sua lembrança até que os árabes tornassem a tocar nelas. Isso é coisa muito diferente. Porém, também não nos apoiamos nos árabes, passemos adiante. Aí também não encontramos um português e sim um genovês, Lancelotto Mallocelli, que foi quem as redescobriu em 1312, por assim dizer, pois se apodera da ilha, que tem o seu nome *Laçarote*, feito que as cartas italianas recordam pintando aí Lancelotto com a cruz de gales em campo de prata, escudo das armas de Gênova.

Só em 1341 os portugueses têm algo que ver com as ilhas, ainda que não pessoalmente, mas sim por intermédio de um outro genovês, Pesagno, almirante de Portugal, que levando também marinheiros italianos em suas naus, explorou algumas delas, dando-nos notícia desta expedição um outro italiano: Niccolosso di Recco, que assistiu os acontecimentos. Porém, sejamos justos, não é um português, porém é um Almirante a serviço de Portugal, reconheçamos assim, pois não queremos cometer o mesmo deslize do ex-Presidente Truman que, no ano passado, ao celebrar o dia do descobrimento da América, permitiu-se ao luxo de não mencionar em passagem alguma de seu discurso o nome da Espanha, como se o Almirante de Castela, Cristovão Colombo, tivesse vindo só, trazido pelas mãos dos anjos, até Guanahani. Reconheçamos a verdade, porém, digamos também toda a verdade: os portugueses não ficaram nelas, porque não era essa a sua missão, mas sim saqueá-las; esta cumprida, abandonaram o campo para outros: maiorquinos, catalães, que no ano seguinte, 1342, sob o comando de Francisco dês Valer e Domingos Gual, foram, para a desgraça das ilhas, novos visitantes inhóspitos que só se preocupavam, como os seus predecessores portugueses, com o saque. Durante todo o século XIV continuam as piratarías, as quais tomam forma aguda nos fins do dito século, porém variando o seu objetivo, pois se antes os interessavam as coisas, agora são as pessoas: a captura de escravos. Italianos ou portugueses, galegos ou andaluzes, catalães ou maiorquinos, todos foram alunos da mesma escola, só buscavam um fim: o saque. Conseguido êste, nada mais os interessava nas ilhas e, por

isso, nenhum dêles tomou pé nelas, nem mesmo Perez Martel que ia provido de uma concessão real. Se algum direito cabe alegar seria o de Lancelotto Mallocelli e ainda para êste sòmente o de *primi capientis*, o único valido por falta de outro melhor.

Fica claro, pois, que não foram os portuguezes nem os primeiros, nem os únicos, que não sòmente não descobriram, como também não redescobriram, ainda no sentido mais lato da palavra, as Ilhas Canárias. As provas estão claras e são: os *Portulanos* ou cartas de navegação italianas, antes mencionadas, do ano de 1312, e a carta catalã de Angelino Dulcerts desenhada em 1339 e que é a cópia de outra de Dalorto de 1325, se bem que com a particularidade de que Dulcerts menciona as ilhas e Dalorto, não.

Nota-se que isto está sucedendo quase um século, exatamente 97 anos, da data, 1436, que o Prof. Tito Lívio Ferreira dá para o redescobrimento.

E' evidente, portanto, que não foram os portuguezes os descobridores das Canárias, nem êste fato teve lugar em 1436.

O terceiro engano, "que a conquista espanhola foi em 1578", é ainda maior que os anteriores. Abramos a História para que se veja o que há de errado nessa afirmação.

A primeira expedição abertamente conquistadora deve-se a Jean de Bethencourt que, por inspiração de seu tio Robin de Braquemont, veio a Espanha com Henrique II de Trastámara. Decide-se êle a fazer uma conquista em regra das Ilhas Canárias, em nome de Castela, associando-se para isso com outro cavaleiro francês, Gadifer de la Salle, que trouxe uma coisa muito importante para a expedição: o navio. Esta sai da Espanha em 1402 e foi terrivelmente trágica. O dramático de suas vicissitudes nos é conhecido pela narração coetânea do franciscano Pedro Boutier, agregado à expedição.

Gadifer só colheu desgraças, cabendo-lhe a maior parte nas penalidades e sofrimentos; sendo êstes tantos, apesar dos indígenas de Lançarotte pedirem em seguida a paz, que ao tentar a conquista de Forteventura, pensou que estava tudo perdido.

Bethencourt, político mais hábil que militar, percebendo que a submissão de tôdas as ilhas, principalmente a Grã-Canária, ia ser demorada e custosa, deixou Gadifer em Lançarote e regressou à Espanha em busca de socôrro.

Nem bem tinha saído Bethencourt rumo à Espanha, quando estourou a conjuração de Bertin de Berneval que, unido aos indígenas, reduziu os escassos fiéis de Gadifer à verdadeira desesperação. Tão inaudita traição trouxe como consequência o levante dos indígenas atraçoados e vendidos por sua vez por aquêles foragidos. Uma guerra de extermínio foi o único recurso para Gadifer e os seus, a qual unida às divisões dos próprios indígenas lhe deram a vitória que terminou com o batismo do régulo ilheu e dos escassos sobreviventes.

Tudo isso teve lugar de 1402 a 1404 e nos é conhecido, além da relação de Pedro Boutier, já citada, pelas Bulas do Papa Benedito XIII, o famoso Antipapa Luna do Cisma do Ocidente, expedidas em 1403, em favor dos conquistadores.

Temos como certo, portanto, que nessa época estão conquistadas Lançarote, Forteventura e Ferro (das sete ilhas que compõem o arquipélago). Por isso dizíamos que não se pode englobar a conquista de tôdas as ilhas numa só questão, pois cada uma delas teve um destino diferente.

Começa agora uma etapa curiosa da conquista. Bethencourt renuncia o senhorio e os seus direitos em favor de seu sobrinho Maciot em 15 de dezembro de 1405; êste, em 1418, é destituído pelo rei de Castela a pedido do bispo D. Mendo de Viedma devido às suas atrocidades para com os indígenas. Maciot então meio-vende, meio-cede, pois são coisas que não estão muito claras, seus direitos a D. Henrique de Guzmán, conde de Niebla, ainda que continuasse como “tenedor” delas. O conde de Niebla os transfere a favor do sevilhano Gullén de las Casas em 1430, sucedendo a êste Fernan Peraza, que se dispõe a traduzir em realidades êsses direitos e propriedades sôbre tôdas e cada uma de per si das ilhas, inclusive a de Lançarote em que continuava, ainda que de modo precário, como “tenedor” o inhumano Maciot. Não é necessário dizer que sôbre o resto do arquipélago ninguém reclamava nem pretendia mais direitos que o saque, de que disfrutavam por igual, maiorquinos e catalães, árabes e cristãos, italianos e portugueses. Maciot se viu tão acossado por êsses piratas em 1447, e sobretudo por Fernan Peraza, que pretendia, baseado na transferência dos direitos que o próprio Maciot havia feito ao espanhol, conde de Niebla, arrojá-lo de Lançarote — então a melhor de tôdas as ilhas — que não encontrou melhor solução que a traição, entregando a ilha e entregando-se êle próprio, ao célebre Infante D. Henrique de Portugal, o qual, em compensação, lhe cede propriedades na ilha portuguesa da Madeira. Como resultado dêste contubérnio estala terrível luta entre os colonos e dependentes de Castela e os portugueses, luta que dura de 1447 a 1454, em que o rei de Castela cansado de reclamar inútilmente, chega a um ponto de formal rompimento entre as duas corôas. Os portugueses, ante o estado precário de seus direitos e, mais ainda, ante o mau rumo que tomavam os acontecimentos, decidem-se a largar as velas e partindo, “desembargaram” totalmente as ilhas, segundo a expressão da época.

De 1455 a 1475 sucedem-se, uma após a outra, as sublevações dos indígenas que, fartos de sofrer, não querem nem catalães nem portugueses, nem os Peraza também, querendo depender diretamente da Corôa de Castela, a única de que esperavam algo mais do que saques. A sorte os favorece em parte, pois já são reis impotentes os que se sentam no trono de Castela, mas a própria grande rainha Isabel-a-Católica, protetora de todos os seus súditos, se-

jam estes americanos, canarinos ou espanhóis. Esta, ordena ao escrivão Perez de Cabitos, em 1476, que abra uma sindicância a fim de averiguar os direitos efetivos de uns e outros, resultando dela a sentença e o pacto que se celebra em 15 de outubro de 1477 entre os Reis Católicos e Fernan Peraza, pelo qual se reconhecem os direitos dêste sôbre Ferro, Gomera, Lançarote e Forteventura, passando o direito de conquista das demais para a Corôa, recebendo os Peñaza uma indenização por esta cessão.

Legalizada a situação das ilhas, os Reis Católicos decidem-se a terminar definitivamente com a conquista de tôdas elas. Inicia-se esta em 1478, financiada pelo bispo Juan Frias, em troca do monopólio da *orchila*, matéria tintorial, e dura cinco anos. As desavenças dos chefes, o deão Bermudez, representante do bispo, e o capitão Juan Rejón, pôs em perigo a conquista da Grã-Canária, até o ponto de que os Reis Católicos tiveram que nomear para substituir ao último, Dom Pedro de Algaba. Para maior desdita dos canarinos é transplantada para o arquipélago a luta travada em Castela entre Isabel-a-Católica e D. Juana-a-Beltraneja, a que por estar casada com D. Afonso de Portugal faz êste intervir no conflito, o qual se estende também às Canárias, tomando como base os portugueses para seus ataques a ilha de Gomera, que era a única em que haviam logrado alguma influência, devida precisamente não a êles mas à inépcia dos Herrera-Peraza. Rechaçados os portugueses em ambos os lugares, ou seja em Castela e nas ilhas, chega-se ao acôrdo de Trujillo de 1479, pelo qual Portugal renuncia não sòmente à Corôa castelhana, como também a tôda intervenção e possíveis direitos que pudessem caber-lhe nas Canárias.

Em 18 de agosto de 1480 é conquistada a Grã-Canária, que fica assim unida à Castela definitivamente.

Em 1484 só faltam para serem incorporadas à Corôa: Palmas e Tenerife. Palmas é conquistada por Alonso Fernández de Lugo em 1493 e tendo em vista o bom êxito obtido, recebe para si, dos Reis Católicos, a conquista de Tenerife, que empreende em 1494. Em 1 de maio desembarca na praia de Añaza, penetrando imediatamente até o interior com tão pouco cuidado que, ao chegar a Acentejo (31 de maio), sofreu o mais completo desastre; o próprio Lugo apenas pôde salvar a vida, fugindo malferido no rosto, deixando em campo a totalidade do seu exército.

Porém, salvo Lugo, salvou-se com êle a concessão real e um desejo irrefreável de vingança, transformando-se para os desgraçados *guanches* a vitória-matança de Acentejo no começo do fim de sua independência, pois não haviam passado seis meses, quando em 2 de novembro, já estava Lugo de volta, desembarcando na praia de Santa Cruz e mais cauteloso desta vez do que na anterior, não se precipitou, mas applicou todos os seus conhecimentos militares próprios para o caso: fortificou primeiramente seu campo, entrincheirando-se para o caso de ter necessidade de cobrir a retirada;

não é em vão que a experiência é a mãe da ciência, principalmente se esta é dolorosa. Com o mais completo sigilo avançou na noite de 13 para o interior, topando com os *guanches* na entrada da planície de Aguerre, travando-se uma batalha, que por desdita dos ilheus foi o reverso da de Acentejo, deixando no campo metade do seu efetivo. Lugo poderia ter explorado sua vitória, porém, escarmentado como estava da vez anterior, não o fez, senão depois de ter-se retirado para o seu campo entrincheirado para invernar. Isto lhe causou um grande mal em virtude das deserções de suas tropas que, por falta de pagamento, rescindiam seus compromissos. Não fôsse o generoso gesto de Lope Hernandez de la Guerra que vendeu alguns valiosos engenhos de açúcar e entregou o seu produto a Lugo, a internada talvez se tivesse tornado uma verdadeira catástrofe. Remediada a situação de maneira tão imprevista, só em dezembro de 1495 Lugo se aventurou novamente, com tôdas as precauções imagináveis, a penetrar para o interior e, sem oposição alguma, chegou à planície de Ancetejo, onde, no dia do Natal, travou-se novamente uma batalha que terminou pela mais completa vitória para o escarmentado Lugo. Nem assim se atreveu ainda penetrar mais adentro do território inimigo, tanto era o pânico, que conservava ainda da primeira matança. Por isso regressou novamente ao seu campo entrincheirado da costa. Claramente se via que a tática que Lugo queria impor era antes de desgaste e aniquilamento do inimigo do que de conquistar territórios. Em 1496, novamente penetrou no interior, chegando desta vez até o coração do reino de Taoro, que era o principal da Ilha; acampou em Realejo, onde, sem luta, se renderam os chefes indígenas, ou *menceyes*, ficando com isso definitivamente assegurada a conquista. Lugo foi nomeado Governador e distribuidor de Justiça de Tenerife e Palmas e galardoado com o título de *adelantado*, fixando sua residência em San Cristobal de la Laguna, cidade por êle fundada na planície de Aguerre onde, em 1534, viria ao mundo o Santo Padre Anchieta.

Creemos que com o que foi acima exposto fica meridianamente provado que a conquista de tôdas e cada uma de per si das ilhas não foi — nem sequer a última, Tenerife — no ano de 1578, indicado pelo Prof. Tito Lívio Ferreira, mas sim o de 1496, coisa bastante diferente, como o atento leitor pôde observar, existindo portanto, um engano de nada menos que 82 anos.

Finalmente, vejamos o último ponto indicado: “que o Padre Anchieta é português e não espanhol”.

Depois de nossa exposição acêrca da conquista espanhola das Canárias, ou melhor, da última ilha — Tenerife, pois as demais o foram anteriormente — fato que se deu em 1496, fica claro que o Padre Anchieta, que nasceu em 1534, não poderia ter vindo ao mundo durante o domínio português, dominação que, como já o demonstramos, não existiu a não ser esporadicamente e durante

breves momentos. O nascimento deu-se pois durante o domínio espanhol que estava completo desde 1496. Como Anchieta nasceu em 1534, êle é, em consequência, *espanhol cem por cento*.

Não é êle também português, nem por nascimento nem por origem. Por nascimento não é, porque nasceu em San Cristobal de la Laguna (Tenerife), quando essa ilha já se achava incorporada à Espanha. E também por origem, porque seu pai é um espanhol de Guipúzcoa, aparentado ainda por cima com a família de Loyola. Se isso ainda fôsse pouco, o próprio nome *Anchieta* é tipicamente basco, como se pode ver à primeira vista.

Quanto a sua formação em Coimbra e todo o labor que realizou, inclusive sua morte, em domínios portugueses, isso nada prova, pois o mesmo aconteceu com São Francisco Xavier, e ninguém, por isso, se atreve dizer que êle é português.

Se os argumentos acima expostos não forem suficientes, ainda existe um outro, bastante fraco certamente, mas que por ter sido lembrado pelo Prof. Tito Lívio Ferreira, nós também o citamos. Disse êle com efeito, que o "Padre Anchieta não se naturalizou nunca espanhol". Efetivamente nunca se naturalizou espanhol e porque o haveria de fazer, se já o era? O que o Prof. Tito Lívio Ferreira poderia averiguar é o contrário, ou seja, investigar se Anchieta se naturalizou português. Não creio que a fortuna nos fôsse tão obsequiosa, porém se algum dia se encontrasse tal documento êle seria um grande triunfo para o historiador que o tivesse descoberto.

Com isso, cremos ter demonstrado que o *Padre Anchieta é espanhol*, coisa que nos propuzemos a fazer desde o começo desta breve exposição.

Deixemos Portugal com seus Heróis e Santos, que êle os tem em abundância, e a Espanha com os seus que tão pouco lhe faltam; não devemos baralhar a História. A principal característica da História é a verdade. Nem Portugal se sentirá maior por lhe darmos um filho alheio, pois dêle não necessita; nem a Espanha ficaria diminuída por termos roubado um dos muitos que lhe sobram, sòmente ficaríamos ridículos se, como historiadores da verdade que devemos ser, damos e tiramos filiações a nosso bel-prazer. E para ser santo não necessita o Benemérito Padre Anchieta que lhe exibam sua certidão de nascimento escrita em português.

RICARDO ROMÁN BLANCO

Professor de História Universal da Universidade de
Valladolid (Espanha).